ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 55

MARÇO DE 2007

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48)3222-2748

A **AFSC**, fundada em 06/08/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/09/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/08/1970.

A **AFSC** é filiada à **FEFINUSC** - Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, à **FEBRAF** - Federação Brasileira de Filatelia e à **FEFIBRA** - Federação dos Filatelistas do Brasil.

EDITORIAL

A busca por respostas e caminhos para tornarem as coleções mais perfeitas, serviram de inspiração para a feitura deste Boletim Informativo número 55, que você, colecionador, está recebendo.
Nesta edição, há a preocupação de aguçar o espírito do colecionador para as coisas simples e fazê-lo descobrir detalhes que serão o diferencial no momento de uma exposição competitiva.
Portanto, boa leitura! Que ela traga não só informação, mas entretenimento.

Mais uma vez, agradecemos aos articulistas e anunciantes que nos prestigiam, e convidamos todos para uma resposta ativa aos eventos programados para este ano de 2007. Em Santa Catarina, teremos quatro encontros de colecionadores: Joinville (maio), Timbó (junho), Florianópolis (agosto) e Blumenau (novembro). Do Rio Grande do Sul ao Amazonas, o colecionismo será tema para encontros, feiras e exposições. O engajamento de todos nós é fundamental para que 2007 seja um grande ano.

Participe! Divulgue!

A Diretoria.

ÍNDICE GERAL

Produtos Empresariais Personalizados dos Correios e os Inteiros Postais Particulares

Demétrio Delizoicov - Florianópolis, SC

I – Caracterização

"Sua imagem é especial. Sua comunicação também tem que ser!"
"Se você quer se comunicar com o seu público de maneira direcionada e criativa, o cartão-postal é uma excelente opção. Com ele, você pode divulgar as imagens que mais desejar. Tudo isso com muita praticidade e eficiência. Pode ser Pré-Pago ou não."

Com essa chamada, a Revista Cofi número 201 – janeiro/março de 2006, na página 35, apresenta publicidade dos CORREIOS sobre os seus *Produtos Empresariais Personalizados.* Além do cartão-postal, são oferecidos, também na mesma página, o *Selo Personalizado,* o *Envelope Personalizado Pré-Pago e* o *Aerograma Personalizado Pré-Pago,* produzidos com características semelhantes, segundo as informações fornecidas.

Tais produtos, do mesmo modo, são divulgados no folder **Guia de Produtos Empresariais Personalizados**, lançado pelos CORREIOS em janeiro de 2004. No folder, pode ser localizado, para cada um dos itens descritos, o valor a ser cobrado pelos CORREIOS. São apresentadas tabelas de preços unitários relativos às diversas possibilidades de quantidades a serem encomendadas, bem como as quantidades mínimas a serem produzidas: 3.000 para Cartões-Postais, 10.000 para Envelopes e 10.000 para Aerogramas. Informa-se, ainda, no item OBSERVAÇÕES do referido folder: *"Os preços inseridos neste folder não contêm os valores da tarifa. Para os produtos pré-pagos, os preços deverão ser acrescidos da tarifa de 1º porte comercial vigente à época da contratação."* Além disso, no caso do Cartão-Postal, há a seguinte nota de rodapé: "***Pré-selado** – acrescentar a tarifa de 1º porte da Carta Comercial Nacional"* (grifo do autor). Esses dados e demais informações sobre Produtos Empresariais Personalizados estão disponíveis igualmente no site: www.correios.com.br/selos/prod_conveniencia/pre_selados_person/preselado_personal.cfm (acesso em 12 de fevereiro de 2007).

Nota-se que, nas ilustrações desses produtos, no material publicitário, tanto da Revista Cofi como do folder e do site, constam as marcas típicas dos aerogramas pré-pagos que os CORREIOS costumam emitir por iniciativa própria. É visível, no material promocional, a impressão de tais marcas em forma de selo (denteadas) nas quais há um desenho figurativo e as inscrições *"Brasil – Correios"*, na parte superior, e *"Pré-Pago"*, na parte inferior.

Pode-se concluir que esse é o padrão dos produtos personalizados pré-pagos, como vemos nos envelopes do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e do MME/ DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, mostrados acima.

O presente artigo, tendo como foco inicial os produtos personalizados **pré-pagos** a serem comercializados pelos CORREIOS, mediante contrato com os interessados, tem como objetivo fazer algumas considerações sobre Inteiros Postais Particulares e seu uso em coleções filatélicas, sobretudo as temáticas.

II – Potencial uso em coleções filatélicas

Parece não haver dúvidas de que tal material personalizado possa ser classificado como **Inteiro Postal (IP)**. Vejamos a definição aceita para Inteiro Postal que vem sendo reproduzida em publicações sobre o assunto e que se fundamenta tanto no Regulamento Especial para a Avaliação de Participações de Inteiros Postais em Exposições FIP (SREV) como no Regulamento Geral para a Avaliação de Participações em Exposições Competitivas FIP (GREV): "*Os Inteiros Postais compreendem*

material postal tanto com franquia pré-impressa, oficialmente autorizada, como desenho ou inscrição indicando que um específico valor facial de porte ou de ***um relativo serviço tenha sido previamente pago****.”* (grifo do autor).

Com efeito, esse parece ser o caso dos produtos personalizados oferecidos pelos CORREIOS, uma vez que haverá as inscrições: *"Brasil – Correios"* e *"Pré-Pago"*, registrando que o serviço foi previamente pago, o que satisfaz a condição de um IP.

Assim, ainda que não haja dúvida de que a natureza desse material seja, de fato, a de um IP, podemos considerar a adequação de seu uso em coleções filatélicas, uma vez que são peças produzidas sob demanda privada, nas quais constarão mensagens impressas, logomarcas, imagens, etc., as mais diversas, atendendo aos interesses do solicitante, ou seja, não são concebidas nem criadas pela Administração dos CORREIOS.

Para essas situações, há orientações específicas nas SREV e GREV. Os produtos personalizados são classificados como **Emissões por Ordem (privadas)**.

As DIRETRIZES PARA UMA EXIBIÇÃO DE INTEIROS POSTAIS, no seu artigo 3º, *Princípios de Composição de uma coleção de Inteiros Postais*, item 3.2 informa:

"*A disponibilidade do formato ou uso pode ser definida da seguinte maneira: ... d) emitidos sob autorização (particulares): Inteiros com franquia pré-impressa aprovada pela Administração Postal e dentro de regulamentos específicos, mas para uso privado individual ou de organizações"*.

Segundo essas orientações, os IPs particulares ou privados passíveis de uso, em coleções dessa classe, são aqueles "*com franquia pré-impressa aprovada pela Administração Postal"*. De fato, não haverá um valor da franquia impresso nesses produtos personalizados, uma vez que constarão apenas as inscrições "*Brasil – Correios"* e *"Pré-Pago"*, no selo impresso.

Nesse caso, é a seguinte a recomendação fornecida nas DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DE INTEIROS POSTAIS:

"Mais recentemente, um número crescente de Administrações Postais emitiram inteiros postais que, embora vendidos ao público a um preço determinado, indicam unicamente que um porte ou serviço foi antecipadamente pago, sem terem qualquer indicação do valor, pelo que são chamados "sem indicação do valor" (NVI). Tais objetos podem ser apropriadamente incluídos em coleções e participações de inteiros postais. A posição a tomar face às peças que são similares ou idênticas, no formato, aos inteiros postais normais mas que não têm selo impresso nem a indicação do valor ou serviço utilizado, está em debate mas, atualmente, participações constituídas inteiramente por tais peças não seladas deverão, de preferência, ser expostas fora de concurso nas Exposições Internacionais FIP. Esta situação é passível de evolução e a Comissão poderá, em devido tempo,

fornecer uma nova orientação acerca deste assunto."

No entanto, as orientações fornecidas nas DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DE INTEIROS POSTAIS, que normatizam o uso de IP, também registram:

"Emissões por Ordem (privadas): inteiros postais comportando selos dos Correios impressos mediante a aprovação da administração postal e respeitando regulamentação específica, por encomenda de indivíduos ou organizações particulares. Os selos podem abranger uma ampla gama de designações e, por isso, um maior número de desenhos do que os encontrados nas emissões dos Correios."[1]

Aqui, as orientações mencionam apenas "*selos dos Correios impressos*" e "*Os selos podem abranger uma ampla gama de designações*", não exigindo que algum valor de franquia esteja impresso.

Portanto, considerando tais normas e recomendação, as peças oriundas de produto personalizado em que constar selo impresso, ainda que sem um valor de franquia impresso, mas com a inscrição "Pré-Pago", se distinguiriam daquelas que apenas informam haver um contrato de serviço que foi pago sem, contudo, haver

um selo impresso, como no fragmento de envelope da figura desta página.

Com essa diferenciação seria possível compatibilizar o uso desses produtos personalizados com selo impresso, com as orientações e normas que emanam das SREV e GREV, tornando possível a sua inserção nas coleções de IP.

É preciso, porém, ficar alerta para a seguinte nota das DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DE INTEIROS POSTAIS: *"nesta classe de emissões seladas por encomenda (particulares) é importante distinguir entre as que foram produzidas para uso postal genuíno e as que foram fabricadas para fins filatélicos."*

Não resta dúvida de que a finalidade desses produtos personalizados seja genuinamente postal, uma vez que serão produzidos com a intenção de circular através de serviços prestados pelos CORREIOS, com a publicidade do interessado que contratou o serviço. Muito embora seja possível que determinada entidade, ou mesmo uma iniciativa individual, conceba algum desses produtos personalizados com objetivos também filatélicos, nem por isso a sua finalidade deixará de ser postal, sobretudo porque estará sujeita à aprovação dos CORREIOS, implicando, dentre outras exigências, uma emissão mínima de 3.000 peças para o caso do Cartão-Postal Personalizado e de 10.000 para os demais itens. Além disso, não podemos deixar de considerar um certo nível de discernimento do colecionador para avaliar as peças que comporão a sua coleção, mesmo que fatores idiossincráticos interfiram

sobremaneira nas opções feitas.

Os produtos personalizados, aqui considerados, não podem ser confundidos com aqueles denominados de IPs *repicados*, com os quais mais fácil e livremente pode-se produzir peças de exclusivo interesse filatélico. Em tais IPs repicados, diferentemente dos produtos personalizados ofertados pelos CORREIOS, é feita uma nova impressão tipográfica independente, por uma dada entidade, ou empresa, em IPs adquiridos nos Correios, destinando-os, depois, ao seu uso privado. São IPs que não foram produzidos mediante autorização dos CORREIOS e nem estão sob o seu controle. A quantidade dos IPs repicados é variada, sendo suas tiragens raramente conhecidas. Os IPs oriundos dos produtos personalizados terão suas emissões autorizadas e suas tiragens controladas pelos CORREIOS, uma vez que faz parte do contrato do serviço a quantidade de peças a ser impressa. Observa-se ainda que, enquanto os IPs particulares se encontram descritos, na sua maioria, em catálogos e em artigos de revistas filatélicas, os IPs repicados têm escassas e breves referências na literatura filatélica.

É de se destacar que não é a primeira vez que os CORREIOS tomam a iniciativa de autorizar a emissão de IPs particulares ou privados. Por exemplo, em circular de 29 de setembro de 1925, a Diretoria Geral dos Correios – Sub-Diretoria de Contabilidade – 2ª Seção, através da Circular n. 12 C/2, Rio de Janeiro, autorizava a empresa **Brandão, Goulart & Cia.** a organizar o Serviço de Propaganda nos Inteiros Postais do Brasil.

Em interessante artigo, publicado na Revista *A Filatelia Brasileira*, N. 04, dezembro/2005, Reinaldo Estevão de Macedo, que inclusive possui uma coleção premiada de IPs Particulares *Rowland Hill*, apresenta um estudo sobre eles. O autor informa conhecer seis diferentes tipos de **Envelopes** e onze diferentes tipos de **Cartas Bilhete** e, ao descrever cada um deles, afirma que tanto os envelopes como as cartas bilhete distinguem-se pela impressão das propagandas e logomarcas e também pelos diferentes selos impressos, cujos portes foram de 40, 100 e 200 réis.

Esses IPs particulares, objeto do artigo publicado na Revista *A Filatelia Brasileira* e constituintes da coleção do seu autor, exposta na Classe Um Quadro, em mais de uma exposição, distinguem-se dos que atualmente estão sendo autorizados pelos

CORREIOS nos seus produtos personalizados pelo fato de que naqueles há valor de porte impresso e nestes haverá apenas a inscrição “Pré-Pago”, no selo impresso. No entanto, conforme argumentado anteriormente, esta característica não parece ser impedimento para inclusão dos IPs particulares em coleções, pelo menos as de Inteiros Postais. E em outras classes, tal como a Filatelia Temática, seria possível a inclusão desses produtos personalizados?
Se tivermos como referência as mesmas características fundamentais dos IPs privados considerados para uso na classe Inteiro Postal, isto é, com selo impresso e inscrição “Pré-Pago”, poderemos relacionar seu possível uso com as normas da FIP.
É a seguinte uma das orientações, e a que mais interessa para os propósitos da análise, das DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES TEMÁTICAS, no seu item **3.1 Material filatélico apropriado**:

“O material postal-filatélico apropriado tem as seguintes características:
...
Informação temática:
A informação temática é derivada:
. diretamente do propósito da emissão (ou seu uso) ou do desenho da peça ou
. indiretamente, como resultado de uma profunda análise que permita a utilização de peças que, à primeira vista, não revelem nenhuma relação com tema.
...
A informação temática descrita anteriormente deve ser ou ter sido:
...
. aprovada pelo serviço postal (ex.: inteiros postais de produção privada)”

Supondo que haja uma articulação consistente e devidamente relacionada de um particular produto personalizado com o desenvolvimento temático de uma dada coleção, parece não haver impedimento de seu uso, conforme podemos concluir das Diretrizes. Estas informam que IP de produção privada, aprovado pelo serviço postal, é material apropriado. Nessa

mesma condição, encontram-se os IPs Particulares *Rowland Hill*.

Do mesmo modo que as orientações para avaliação de coleções de IPs, as DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES TEMÁTICAS também destacam que os IPs repicados constituem material NÃO apropriado. Talvez esse seja o maior problema que um colecionador enfrenta ao se deparar com IP que contenha, por exemplo, material promocional de empresas ou outras entidades: trata-se de emissão autorizada por alguma Administração Postal ou de uma repicagem? É esse o cuidado principal a se tomar no uso de um IP privado, e é evidente que a diferenciação exige criteriosa pesquisa filatélica. Por sua vez, o uso de um IP devidamente identificado como privado, com emissão autorizada pela Adminstração Postal, daria mostras de conhecimento filatélico.

Parece que o fato dos Produtos Empresariais Personalizados, que os CORREIOS do Brasil estão promovendo, conterem as inscrições "*Brasil – Correios*" e "*Pré-Pago*", no selo impresso, pode representar, pelo menos, nos casos dos Envelopes e Cartões-Postais, alguma vantagem no sentido de estar informando diretamente que a emissão do IP foi autorizada, permitindo ao colecionador diferenciá-lo de uma repicagem.

NOTA

[1] Os vários textos em português que consultei sobre DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DE INTEIROS POSTAIS são traduções do texto em inglês, publicado pela FIP. Ainda que pequena, pode-se encontrar alguma diferença entre as várias traduções. Devido a isso, apresento também a versão em inglês deste trecho:

"*STAMPED TO ORDER (PRIVATE) ISSUES: Stamped stationery bearing stamps of Post Office design applied with Postal Administration approval and within specified regulations to the order of private individuals or organizations. Imprinted stamps may cover a wider range of denominations and hence designs to those found on Post Office issues.*"

(do site: www.f-i-p.ch - acesso em 12 de fevereiro de 2007)

O Patrono dos carteiros brasileiros

O estafeta Paulo Emilio Bregaro recebeu ordens do Conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva, em 1 de setembro de 1822, no Rio de Janeiro, para entregar algumas cartas ao Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara, que na ocasião estava se deslocando para a província de São Paulo. Sob a ordem expressa "Arrebente e estafe quantos cavalos necessários, mas entregue as cartas com toda a urgência", Bregaro conseguiu cumprir sua missão seis dias mais tarde, exatamente às 16:30 horas, às margens do riacho Ipiranga...

Por seu feito, Paulo Emilio Bregaro é o patrono dos carteiros brasileiros.

A Questão do Peso das Moedas de Cobre Cunhadas no ou para o Brasil

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

O cobre foi empregado para a cunhagem de moedas utilizadas no ou para o Brasil desde a época em que era Colônia de Portugal. Naquele tempo, a fabricação se dava mediante processo rudimentar, sendo que a laminação e o preparo dos discos eram feitos quase exclusivamente à mão. As chapas obtidas por laminagem, os discos cortados à tesoura e os vasadores não calibrados são alguns dos elementos que trazem à grande diversidade de módulos e espessuras, que dão a duas moedas da mesma data e oriundas da mesma Casa da Moeda, pesos muito diferentes.

São conhecidas histórias de que, no Primeiro Reinado, até chapas de cobre provenientes de cascos de navios foram aproveitadas, para a cunhagem de moedas, sem sofrerem uma limpeza prévia. Por conta disso, acontecia de saírem peças já roídas, com verdete e mesmo faltando pedaços.

Moedeiro do século XVI
Escultura em tamanho natural, de autoria de Aldo Cascardo, em exposição no museu da Casa da Moeda do Brasil.

Deve-se observar que, sendo metal mole, o cobre é muito sujeito à oxidação. A conservação de moedas de cobre, especialmente em cidades litorâneas ou de clima úmido, exige tratamento adequado, sem o que haverá degradação, pela ação do tempo.

Os pesos efetivos das moedas de cobre coloniais e imperiais, geralmente, apresentam diferenças significativas em relação aos valores ditos oficiais. Tais diferenças são, na maioria das vezes, a menor. Com alguma raridade, são encontradas moedas até mesmo com peso superior ao oficial. No comércio numismático, uma diferença de até 15% (quinze pontos percentuais) não é considerada como anomalia.

Essas considerações são importantes, eis que

para outras espécies de moedas, especialmente de ouro e prata, a tolerância admitida é de 1 grão, de majoração ou febre. O marco português antigo subdividia-se em 8 onças, cada uma delas com 8 oitavas, e cada oitava com 3 escrópulos, cada escrópulo em 6 quilates e cada quilate em 4 grãos, o que perfaz para a oitava 72 grãos e para o marco 4608, ou 225 gramas.

Para efeitos de apurar o peso de cada uma das moedas, utilizaremos a seguir o estudo de KURT PROEBER (Catálogo das Moedas Brasileiras, Vol. X, 1960, p. 18), que trata especificamente daquelas moedas de cobre. Vejamos cada uma delas.

Ao analisarmos o sistema monetário no Brasil, durante o período colonial, devemos sempre levar em consideração que as alternativas empregadas pela metrópole eram para auferir resultados dos recursos extraídos da possessão, drenando para o Reino o resultado da força produtiva.

Com o incremento das transações comerciais, a partir das moedas coloniais de ouro e prata, em 1695, verificou-se a necessidade de moeda divisonária. Como havia excesso de moedas de cobre na colônia portuguesa de Angola (o que se verifica pela Carta Régia de 10 de fevereiro de 1704), foi autorizada a circulação, no Brasil, das moedas angolenses.

Naquela época, pela Lei de 3 de junho de 1676, a moeda portuguesa de X Réis deveria ter um peso de 22,9 gr, mas aquelas de cobre, angolanas, do mesmo valor facial, contavam com apenas 7,17 gr. Somente pela Lei de 17 de fevereiro de 1699, o peso do X Réis português foi rebaixado para 16,7 gr, ficando, ainda assim, mais do que o dobro daquele impingido para a colônia.

Essa questão de utilizar moedas com valores intrínsecos diferentes, levava a desvalorizar em mais de 50% o cobre, enquanto o percentual usual para o ouro e prata era de 20%.

CASA DA MOEDA – Porto
ANOS - 1693/1699
Valor Facial – V
Peso – 3,58 gr

CASA DA MOEDA – Porto
ANOS - 1693/1699
Valor Facial – X
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Porto
ANOS - 1693/1699
Valor Facial – XX
Peso – 14,34

As moedas cunhadas para uso no Brasil, a partir de 1715, apresentavam os mesmos pesos reduzidos da moeda de Angola. As instruções para a sua circulação foram baixadas pela Portaria de 25 de março de 1715. A Carta Régia de 12 de fevereiro de 1716 informa da remessa dessas moedas para serem usadas na Colônia do Brasil.
Aquelas produzidas na Bahia, no período de 1729 a 1732, foram as primeiras moedas de cobre cunhadas no Brasil.

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro e Lisboa
ANOS – 1715/1799
Valor Facial – V
Peso – 3,58

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro e Lisboa
ANOS – 1715/1799
Valor Facial - X
Peso – 7,17

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro e Lisboa
ANOS – 1715/1799
Valor Facial – XX
Peso – 14,34 gr

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro e Lisboa
ANOS – 1715/1799
Valor Facial – XL
Peso – 28,68 gr

Houve grande reclamação, sobretudo do povo de Minas Gerais, contra a absorção que o Reino de Portugal fazia do ouro da colônia, não deixando espécie para o giro comercial local, o que motivou a emissão de moedas de cobre para atender a essa finalidade.
A legenda “AES USIBUS APTIUS AURO” (A moeda de cobre é mais apropriada para o uso do que o ouro), servia exatamente como propaganda, pois ela se destinava a circular nas regiões auríferas.

CASA DA MOEDA – Lisboa
ANOS - 1722
Valor Facial – XX
Peso – 7, 17 gr

CASA DA MOEDA – Lisboa
ANOS - 1722
Valor Facial – XL
Peso – 14,34 gr

Foi na Casa da Moeda da Bahia, em 1729, que passaram a ser cunhadas as primeiras moedas de cobre no Brasil, porém, mesmo assim, ainda havia justificativa para a emissão em Portugal, ou seja, o argumento de que não havia cobre local, devendo, então, ser importado. Somente pela Portaria Régia de 12 de julho de 1730, ficou proibida a circulação da moeda de cobre puramente portuguesa, no Brasil.
Os cobres de 37 ½ Réis e 75 Réis, cunhados nas Casas da Moeda do Rio de Janeiro e de Vila Rica, destinavam-se à circulação apenas em Minas Gerais. Os Oitavo de Três Tostões, como eram conhecidos, eram entregues aos mineradores e faiscadores ao trocarem o seu ouro nos Registros ou Casas de Fundição. Um Vintém de ouro, que era 1/32 da oitava, ou seja, 0,112 gr correspondia a uma moeda de 37 ½ Réis, ficando automaticamente descontado o Quinto.

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro, Minas e Lisboa
ANOS – 1799/1823
Valor Facial – X
Peso – 3,58 gr

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro, Minas e Lisboa
ANOS – 1799/1823
Valor Facial - XX
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro, Minas e Lisboa
ANOS – 1799/1823
Valor Facial – XL
Peso – 14,34 gr

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro, Minas e Lisboa
ANOS – 1799/1823
Valor Facial – LXXX
Peso – 28,68 gr

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro, Minas e Lisboa
ANOS – 1799/1823
Valor Facial – 37 ½
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Bahia,
Rio de Janeiro, Minas e Lisboa
ANOS – 1799/1823
Valor Facial - 75
Peso – 14,34 gr

Em face do falecimento de D. Maria I, no ano de 1816, houve uma emissão de moedas de XX e XL Réis, com legenda diferente, incluindo a palavra ALG (Albiiorum),

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro
ANOS - 1818/1820
Valor Facial – XX
Peso – 3,58 gr

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro
ANOS - 1818/1820
Valor Facial – XL
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro
ANOS - 1818/1820
Valor Facial – LXXX
Peso – 14,34 gr

As Casas da Moeda do Rio de Janeiro e da Bahia, entre 1813 e 1815 e, depois, de 1819 a 1822, cunharam moedas de cobre para as colônias de São Tomé e Príncipe e de Moçambique.

CASA DA MOEDA – São Tomé e Moçambique
ANOS - 1813/1822
Valor Facial – 20
Peso – 3,58 gr

CASA DA MOEDA – São Tomé e Moçambique
ANOS - 1813/1822
Valor Facial – 40
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – São Tomé e Moçambique
ANOS - 1813/1822
Valor Facial – 80
Peso – 14,34 gr

A Portaria do Presidente do Tesouro Público, datada de 06 de setembro de 1822, às vésperas do Grito do Ipiranga, indica: *"O Provedor da Casa da Moeda, ou quem suas vezes fizer, proceda com a maior atividade no fabrico da maior porção de cobre que for possível, fazendo trabalhar também nas tardes, percebendo os trabalhadores os vencimentos de costume. Paço, 6 de setembro de 1822 (a) Ribeiro de Andrada"*.
D. Pedro I encontrou os cofres públicos vazios. D. João VI, ao retornar a Portugal, levou consigo as reservas metálicas do Banco do Brasil. Além disso, para obter o reconhecimento da Independência, o novo Imperador teve de negociar o fim da escravidão, conceder privilégios comerciais a ingleses e franceses além de assumir a dívida externa de Portugal junto aos bancos ingleses. Como as moedas de ouro eram freqüentemente enviadas ao exterior para pagamento dos déficits da balança comercial ou entesouradas pela população, as moedas de cobre passaram a predominar no meio circulante e, à semelhança das moedas de prata, algarismos arábicos foram adotados para expressar seu valor.
Somente a partir de 22 de agosto de 1823, começaram a ser cunhadas as moedas para circulação (exceto, é claro, as 64 moedas de ouro de 6$400 Réis, conhecidas como Peças da Coroação) no Brasil, um país independente há quase um ano.
A emissão descontrolada de moedas de cobre gerou o aparecimento de grande quantidade

de peças falsificadas, fabricadas aqui e no exterior. Assim, por ser o porto de Salvador um grande centro de entrada e distribuição dessas moedas, o governo, em 1827, determinou o recolhimento de tais moedas na província da Bahia, fazendo a troca por cédulas, resgatáveis em 8 ou até 24 meses. Essas cédulas, hoje raras, foram as primeiras emissões do Tesouro Nacional. Curiosamente, um dos critérios para saber se a moeda era falsificada ou não era seu peso, como observamos de um dos artigos da Lei nº 52, de 03 de outubro de 1833: "*A moeda de cobre falsa será cortada e entregue a quem pertencer. Julgar-se-á falsa e, como tal, sujeita a todas as disposições a respeito, a moeda de cobre que for visivelmente imperfeita em seu cunho, ou que tiver de menos a oitava parte do peso, com que foi legalmente emitida nas diferentes Províncias*."

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro e Bahia
ANOS - 1823/1832
Valor Facial – 10
Peso – 3,58 gr

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro e Bahia
ANOS - 1823/1832
Valor Facial – 20
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro e Bahia
ANOS - 1823/1832
Valor Facial – 40
Peso – 14,34 gr

CASA DA MOEDA – Rio de Janeiro e Bahia
ANOS - 1823/1832
Valor Facial – 80
Peso – 28,68 gr

Pela Provisão de 5 de setembro de 1822, determinou-se a remessa de 65 caixotes com moedas de cobre provinciais para as despesas da Província de Goiás. A Junta do Governo Provisório, em 02 de abril de 1823, autorizou a cunhagem das moedas.
Foram remetidos 16 contos, em moedas de cobre, à Junta da Fazenda do Mato Grosso,

cunhadas com o valor corrente na Corte, em 1822. Pela Portaria de 17 de janeiro de 1824, foram remetidas 250 chapas de cobre, para que as moedas fossem cunhadas naquela Província. Houve novos envios, intermitentes, até o ano de 1829.

CASA DA MOEDA – Cuiabá e Goiás
ANOS - 1823/1833
Valor Facial – 20
Peso – 3,58 gr

CASA DA MOEDA – Cuiabá e Goiás
ANOS - 1823/1833
Valor Facial – 40
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Cuiabá e Goiás
ANOS - 1823/1833
Valor Facial – 80
Peso – 14,34 gr

Na Casa da Intendência de Goiás, foram cunhadas, igualmente, moedas de 37 ½ Réis, para uso em Minas Gerais, sendo também, cunhadas na Casa de Fundição de Minas, ambas autorizadas pela Provisão de 02 de abril de 1823. Consta que a quota anual a ser cuunhada era de seis Contos de Réis, em moedas de cobre.
Consta que a cunhagem se destinava à substituição dos antigos bilhetes de permuta do ouro em pó, os quais, na época, sofriam falsificações freqüentes.

CASA DA MOEDA – Minas e Goiás
ANOS - 1823/1828
Valor Facial – 37 ½
Peso – 7,17 gr

CASA DA MOEDA – Minas e Goiás
ANOS - 1823/1828
Valor Facial – 75
Peso – 14,34 gr

Através da Portaria de 31 de janeiro de 1825, foi determinada a remessa de chapas de cobre, acompanhadas de 20 cunhos, para a Província de São Paulo, que poderia mandar cunhar até 20 contos anuais de moedas. Tendo, porém, a Junta da Fazenda abusado

dessa faculdade, razão pela qual foi responsabilizada pelos excessos, ficou decidido pela Portaria de 30 de setembro de 1829, que fosse cessada toda cunhagem e fossem recolhidos, "sem demora" ao Tesouro Geral, os cunhos e máquinas que ali existissem.

CASA DA MOEDA – São Paulo
ANOS - 1825/1829
Valor Facial – 80
Peso – 19,12 gr

A partir de 1834, a cunhagem passou a ser muito melhor cuidada. Os discos eram importados do exterior e entregues já cortados e calibrados.

COMO CONCLUSÃO

O peso efetivamente constatado das moedas de cobre, levando-se em conta seu desgaste e oxidação, permite inseri-las no sistema ponderal utilizado quando de sua emissão, e considerado neste trabalho. As diferenças, geralmente a menor, são relevadas desde que não ultrapassem os 15% do valor numérico esperado.
Estudos estatísticos, representando a distribuição da frequência de pesos de vários exemplares semelhantes, foram a forma de se estabelecer o peso presumível das moedas de cobre cunhadas no e para o Brasil.

A **AFSC** convida para as suas reuniões regulares:
Quintas-feiras, a partir das 18 horas e Sábados, a partir das 14 horas.
Nossa Sede permanece aberta de segunda a sexta-feira, das 14 às 18 horas.

28 Anos da ECT

Groenlândia: Ursos para Pequenas Encomendas

Lucia de Oliveira Milazzo - Florianópolis, SC

Descoberta, no século X, por viquingues e reivindicada sua posse, por questões históricas, pelo Reino da Dinamarca em 1721, a Groenlândia, hoje, colônia autônoma da Dinamarca, tem o surgimento de sua filatelia pouco divulgado.

Muitos filatelistas acreditam que a primeira emissão de selos da Groenlândia data de 1º de dezembro de 1938.

Entretanto, não é bem assim. Na verdade, esta honra pertence aos selos emitidos, em 1905, para os colis postaux, ou seja, para as pequenas encomendas.

Eis a história: antes de 1938, a correspondência que circulava entre a Groenlândia e a Dinamarca estava dispensada de franqueamento. O correio era gratuito. A Groenlândia não possuía selos postais. Esse era um privilégio concedido e financiado, sem maiores dificuldades, pelo Serviço Real de Comércio groenlandês, uma vez que se sabia que essa ilha, a maior do mundo, vizinha do Canadá e quase totalmente recoberta de gêlo, não possuía, naquela época, mais do que 15.000 habitantes, cuja maioria era analfabeta. Para se ter idéia da situação, atualmente, a Groenlândia possui cerca de 56.000 habitantes, ocupando, sobretudo, a região litorânea.

Daquele tempo, correspondência enviada ou recebida pela população é raríssima. Agências de correio inexistiam. Os poucos envios que circulavam eram de responsabilidade do Serviço Real, através da empresa Den Kongelige Grønlanske Handel (KGH), desde 1774.

As remessas da Groenlândia para a Dinamarca eram endereçadas à repartição da Administração das Colônias e, lá, recebiam selos dinamarqueses a serem obliterados em seu destino.

Quanto aos dinamarqueses que escreviam para a Groenlândia, para se beneficiarem da mesma franquia postal, deveriam, também, se dirigir à Administração das

Colônias.
Entretanto, no princípio do século XX, devido ao grande volume de colis postaux enviados e recebidos pela Dinamarca e Groenlândia, ficou decidido que a concessão de gratuidade seria reduzida. As pequenas encomendas passariam a ser taxadas.
Assim, em 1905, o setor Real de Comércio foi autorizado a emitir selos especiais para taxação de colis postaux, circulados entre a Groelândia e Dinamarca.
Foi, mais precisamente, em julho de 1905 que a Groenlândia colocou à venda seus primeiros selos: o de valor facial de 1ore para os colis de até 500g, o de valor facial de 5ore para os colis de até 2 kg e o de 10ore para aqueles colis de até 5 kg.

Em tamanho grande, esses selos mostram uma coroa sobre um pequeno escudo no qual um urso branco está de pé sobre duas patas. Além das armas da Groenlândia, a inscrição PAKKE-PORTO, na parte superior. O desenho original é do artista dinamarquês Gerhard Heilmann.
Desde então, os usuários passaram a dispor de dois sistemas para franquear suas pequenas encomendas: O primeiro sistema era por intermédio dos correios (instituição oficial), onde os colis postaux ficavam consignados, quer fosse na Groenlândia quer na Dinamarca, e eram franqueados com selos dinamarqueses no valor do porte interno; o outro sistema era por intermédio do setor Real de Comércio. Neste sistema, enviar encomendas saía mais barato, pois a tarifa era reduzida. Esse serviço era porteado com selos do tipo Urso.

Quanto às cartas, elas circulavam sempre livremente, sem serem seladas.
Com nove valores faciais, todos do mesmo modelo, treze emissões, distintas somente por sua impressão, denteação ou papel, se sucederam entre 1905 e 1937 para portear as pequenas encomendas.

Vejamos, a seguir, as treze emissões existentes para os colis postaux durante trinta e dois anos:

Primeira emissão, 1905:
1ore, 5ore e 10ore. Selos tipografados. Impressão grosseira em papel espesso tintado, com goma amarelada. Tiragem de 10.000 para o de 1ore e o de 10ore, e de 5.000 exemplares para o de 5ore. Denteação 12 ¼.
Segunda emissão, 1912:
5ore e 10ore. Selos tipografados. Impressão grosseira em papel médio branco, com goma branca. Denteação 12 ¼. Há impressão de folhas, com 25 selos, cujas margens não são denteadas, donde a existência de selos sem picotes em um ou dois de seus lados. Em 1918, a denteação dos selos passou a ser de 11 ½.
Terceira emissão, 1916:
1ore, 2ore, 15ore e 20ore. Selos tipografados. Impressão fina em papel médio branco, com goma branca. Denteação 11 ¼ . Há impressão de folhas, com 25 selos, cujas margens não são denteadas. Os selos de 5ore e 10ore são impressos em papel um pouco mais espesso e ligeiramente tintado, com goma amarelada.
Quarta emissão, 1919:
1ore e 2ore. Selos tipografados. Impressão em papel cinza amarelado, com goma acastanhada. Denteação 11 ½. São conhecidos alguns selos sem picotes em um de seus lados.
Quinta emissão, 1923:
15ore e 20ore. Selos tipografados. Impressão em papel muito espesso e ligeiramente tintado. Denteação 11 ½.
Sexta emissão, 1924:
1ore, 5ore e 10ore. Selos tipografados. Impressão em papel áspero, tintado e translúcido. Denteação 11 ½.
Sétima emissão, 1925-27:
1ore, 2ore e 20ore. Selos tipografados. Impressão em papel branco, com goma branca. Denteação 11 ½. Selos de 1ore e 2ore existem sem picotes em um de seus lados.
Oitava emissão, 1926:
10ore. Selo tipografado. Impressão em papel granuloso, branco e translúcido, com goma amarelada. Denteação 11 ½.
Nona emissão, 1929-31:
5ore, 10ore, 15ore, tipografados em 1929 e 20ore, tipografado em 1931. Impressão em papel acinzentado, translúcido, com goma branca. Denteação 11 ½. São conhecidos alguns selos sem picotes em um de seus lados.
Décima emissão, 1930:
70ore, 1k, 3k. Selos tipografados. Impressão em papel branco ou tintado.
Décima primeira emissão, 1933:
20ore, vermelho escuro. Selo tipografado. Impressão em papel branco translúcido, com goma branca.

Décima segunda emissão, 1937:
10ore, 20ore, 70ore e 1k.
Selos tipografados. Denteação 10 ¾.
Décima terceira emissão, 1937:
70ore e 1k . Selos litografados.
Denteação 10 ¾.

Chegamos a dezembro de 1938. Foi a partir desse momento que a Groenlândia, com a emissão de uma série de sete selos ordinários, trazendo, em cinco valores, a estampa de Christian X, rei da Dinamarca e, em dois valores, a estampa do Urso polar (Thalarctos marimus-ursiade), passou a usar seus próprios selos para a expedição não só da correspondência comum – houve supressão da franquia postal – bem como para a expedição das pequenas encomendas, os colis postaux.

ATOUT Timbres, n° 29, 1999
Tradução e adaptação.

Você sabia...

Uma “moeda romana” que se pensava ter sido cunhada por volta do ano 315 da Era Cristã, foi exposta num museu em Tyneside, Inglaterra, durante vários dias, em 1975, até que uma menina de 9 anos de idade comentou que aquilo era, na verdade, um brinde oferecido por um fabricante de bebidas.
A letra “R” na moeda, que os curadores achavam que significasse “ROMA”, na verdade era a inicial de “Robinsons”, uma marca de refrigerantes.
(Ripley, Robert. Acredite se quiser, Ed. Relume Dumarã, RJ, 2005, pág. 196).

**Próxima edição:
agosto/2007**

De onde é ?

Roberto J. Eissler - Jaraguá do Sul, SC

O filatelista iniciante costuma deparar-se com um questionamento: “De onde é este selo?”

Os selos ingleses, exemplificando, até os dias atuais não trazem o nome do país impresso. Os selos da antiga União Soviética trazem apenas a inscrição CCCP! Selos como os da Bulgária, cujo nome do país está escrito com letras do alfabeto cirílico, costumam causar dificuldades de identificação ao colecionador principiante.

Entretanto, o primeiro contato com um catálogo universal de selos postais pode dirimir quase todas as dúvidas.

Já o colecionador de postais não pode contar com essa importante ajuda, pois não há catálogo universal para cartões-postais! Sequer existe um para postais do Brasil.

O cartão-postal é uma simplificação da carta. Trata-se de um pequeno retângulo de papelão fino, com a intenção de circular pelo correio, sem envelope, tendo uma das faces destinada ao endereço do destinatário, à postagem do selo e espaço para a mensagem do remetente e, na outra face, uma ilustração.

Os primeiros cartões-postais emitidos (hoje, denominados inteiros postais) eram de monopólio dos Correios e já vinham pré-selados. Com o decorrer dos anos, diversos países passaram a autorizar a circulação de cartões-postais impressos por terceiros, quando devidamente selados, no valor do porte fixado pelos Correios.

Existem versões diferentes sobre a invenção do cartão-postal.

Uma delas, é a de que o norte-americano H. L. Lipman, juntamente com J. P. Charlton, veio a patentear, em 17 de dezembro de 1861, o chamado “Lipman’s Postal Card”. Entretanto não são conhecidos exemplares desse cartão, emitidos anteriormente a 1870.

Outra versão diz que o diretor dos Correios da Confederação da Alemanha do Norte, Heinrich Von Stephan, teria lançado a idéia e a sugestão do cartão-postal, na Conferência Postal Germano-Austríaca, realizada em Karlsruhe, em 1865.

Uma terceira versão é atribuída a Emmanuel Hermann, professor de Economia Política da Academia Militar Wiener Neustadt, no Império Austro-húngaro, que, em carta publicada no Die Neue Freie Presse, de 29 de janeiro de 1869, propôs a adoção do cartão-postal, salientando a conveniência de seu uso, que aliaria baixo custo e simplicidade, obtida com a supressão do envelope. De Marly, Diretor da Administração dos Correios da Áustria, aceitou a idéia e oito meses depois, em 1º de outubro de 1869, foi lançado para venda o que seria o primeiro cartão-postal do mundo - Correspondenz Karte, escrito

em cor negra sobre cartão creme, tendo impresso um selo de 2 Neukreuzer. Esse cartão não apresentava gravura - apenas as armas imperiais, sendo uma das faces destinada à mensagem e a outra ao endereço do destinatário.

O Brasil instituiu o inteiro postal pelo Decreto nº 7695, de 28 de abril de 1880, proposto pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Manuel Buarque de Macedo.

"*Segundo Vossa Majestade Imperial se dignará ver, a primeira de tais alterações é a que estabelece o uso dos bilhetes-postais geralmente admitidos nos outros Estados e ainda em França, onde aliás houve durante algum tempo certa repugnância ou hesitação em os receber; os bilhetes-postais são de intuitiva utilidade para a correspondência particular, e, longe de restringir o número de cartas, como poderá parecer, verifica-se, ao contrário que um dos seus efeitos é aumentá-lo.*"

Na ocasião, ocupava a Direção da Repartição dos Correios Luís Plínio de Oliveira, nomeado para o cargo em 1865, depois de ter publicado, três anos antes, o "Relatório sobre a Organização dos Correios da Inglaterra e França".

Mas aos inteiros postais, emitidos com exclusividade pelos Correios, vieram somar-se os cartões-postais produzidos pela iniciativa privada. O cartão-postal, com tal propósito, obteve novas dimensões: houve uma explosão de beleza, nas cores vivas das primeiras cromolitografias, nas concepções dos artistas (e dos mais famosos) chamados a ilustrá-los. O desenvolvimento da fotografia colaborou para que fossem reproduzidas paisagens, inclusive urbanas. Com o passar do tempo, o cartão-postal ganhou outra finalidade: de meio de correspondência passou a ser avidamente disputado e guardado como objeto de colecionismo.

E o colecionador de postais pode se perguntar também: "De onde é este postal?"

É possível encontrar cartões-postais cuja localidade não está escrita ou pode até conter indicação equivocada, mas que apresenta pistas para uma identificação positiva.

Apresentaremos, a seguir, alguns postais sem a indicação da cidade, mas com informações históricas que permitem a sua localização.

figura 1

O primeiro postal em questão é do Hotel

Brazil (figura 1, página 27). O cartão traz apenas a inscrição “État de Santa Catharina”, insuficiente para localizar precisamente o hotel.
Muitas cidades catarinenses possuíram um hotel com nome “Brazil”, mas poucas abrigavam uma construção com três pavimentos no final do século XIX e início do século XX.
Durante o 141º Encontro de Filatelistas e Numismatas de SC, ocorrido em Timbó, em 2006, eu mostrei esse postal a diversos comerciantes e colecionadores com o intuito de descobrir a localização daquele hotel, mas ninguém soube identificar a cidade, até o momento de mostrá-lo ao colecionador Félix Reichert que me disse categoricamente: “Eu tenho este postal. É de Itajaí e o Hotel Brazil ainda existe, fica na rua Lauro Muller”. Pronto. Estava concluída a pesquisa.
A rua Lauro Muller é próxima ao porto de Itajaí e, naquele período, era ali que ficavam os hotéis. Nas cidades que não tinham porto, eles ficavam próximos às estações ferroviárias.
Nos Encontros de Colecionadores encontramos, num só local e ao mesmo tempo, experts em várias áreas do colecionismo – e assim temos a oportunidade de ampliar nossos conhecimentos.
O segundo postal em questão (figura 2), também de Santa Catarina, traz apenas a indicação “le bac du fleuve Itapocu” (a balsa do rio Itapocu).
O rio Itapocu é formado pelo rio Novo e pelo rio Hansa Humbold, na cidade de Corupá. Ele cruza diversos municípios até desembocar no Oceano Atlântico, junto ao balneário de Barra Velha.
O rio Itapocu já era conhecido no século XVI, sendo ponto de passagem entre a Serra do Mar e o oeste. Por ali passaram personagens importantes da nossa história, como Aleixo Garcia, o descobridor do Império Inca, e Alvares Nuñes Cabeza de Vaca, fundador de Assunção do Paraguai.
A construção que aparece no postal é de fins do século XIX, datando a peça do início do século XX. Mas como saber a localização exata dessa casa?
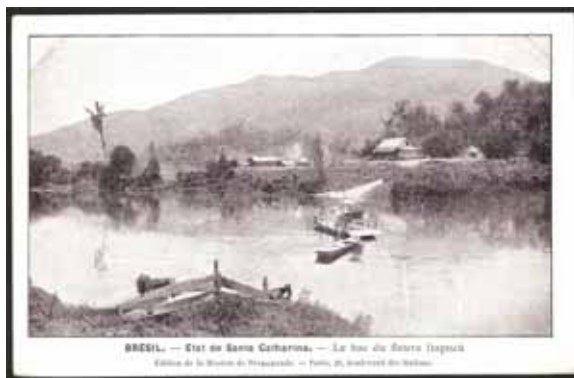
figura 2

Folheando a reimpressão de um livro que conta um pouco da história de Jaraguá do Sul, escrito por Emílio da Silva, encontrei uma construção idêntica à do postal.
Curioso, fui ao Museu Histórico Emílio da Silva, onde encontrei uma fotografia exposta que confirmou: esta era a residência e casa comercial do imigrante lituano Victor Rosemberg.
Victor Rosemberg veio para Jaraguá do Sul em 1897 e foi intendente municipal de 1898 a 1911.

Finda a pesquisa: este é um postal de Jaraguá do Sul.

A propósito, em 1900, Vitor Rosemberg vendeu o imóvel para Georg Czerniewicz, que prosperou como comerciante, e, em 1913, encerrou-se definitivamente o serviço de balsa, devido à inauguração da ponte metálica.

O terceiro postal em questão (figura 3) traz uma situação diferente: está indicada a localidade “Stadplatz Humbold, Colonie Hansa”, mas onde fica essa cidade?

figura 3

Não é uma pergunta difícil de ser respondida, principalmente para quem mora na região de Corupá. Hansa Humbold é o seu antigo nome, dado em homenagem ao naturalista alemão Alexander von Humboldt e à Companhia Hanseática de Colonização, denominada Hansa Humboldt, dirigida por Karl Fabri e que tinha um contrato com o governo de Santa Catarina, para colonizar o Estado. Corupá foi colonizada por imigrantes austríacos, suíços e, sobretudo, por alemães.

Em 1908, Hansa Humboldt foi elevada à categoria de distrito de Joinville. A 1 de janeiro de 1944, o nome de Hansa Humboldt foi mudado para Corupá devido à Segunda Guerra Mundial, quando imigrantes e descendentes de alemães passaram a ser perseguidos dentro do Brasil. Não se podia mais falar a língua alemã. Assim, os habitantes de Hansa, amedrontados, nunca se perguntaram o porquê da mudança, quem mudou e o que significava o novo nome. Corupá teve sua emancipação política no dia 25 de julho de 1958.

Corupá é um nome de origem indígena e significa “paradeiro de seixos” (lugar de muitas pedras).

Outra situação possível é o aparecimento de informações inexatas nas legendas de imagens em cartões-postais. Foi o que aconteceu no exemplo da figuras 4, página 30, que traz a indicação do que seria o Estádio Adolfo Konder, em Florianópolis.

O Estádio Adolfo Konder, também conhecido como Campo da Liga ou Pasto do Bode, foi um estádio de futebol pertencente à Federação Catarinense de Futebol, localizado entre a avenida Mauro Ramos e as ruas Bocaiúva, Altamiro Guimarães e Demétrio Ribeiro, no centro de Florianópolis, em um terreno de 15.000 m², onde, atualmente, encontra-se o Beiramar Shopping Center.

Segundo levantamento do pesquisador e cronista esportivo Maury Dal Grande Borges, autor de “85 anos de Bola - a Memória do Futebol Catarinense”, editado em 1996, o Clube de Regatas Aldo Luz

(nome de um filho de Hercílio Luz, ex-governador do Estado), se dizia dono da área.

figura 4

Mais tarde, começou a ser divulgado que o terreno pertenceria à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. E foi com a Irmandade que o governador Nereu Ramos negociou a área, em 1937, permutando o local por uma obra no Hospital de Caridade. De qualquer forma, desde sua inauguração, o estádio esteve sob responsabilidade da Liga Santa Catarina de Desportos Terrestres, surgindo aí a denominação de Campo da Liga. Mais tarde, passou para as mãos do Avaí, até que, na década de 1980, foi feita outra permuta: um grupo econômico ficou com o terreno para a edificação do shopping center, em

FLORIANOPOLIS (SC) - BRASIL
Estadio Adolfo Konder
Propriedade do Avaí F.C.
Capacidade: 10.000
Estadio desativado quando da construcao da "Ressacada"
Ultimo gogo oficial (12/10/83): Avai 0 x 0 Joinville
Ultimo jogo amistoso (11/83): Veteranos do Avai 1 x 1 Veteranos do Figueirense

figura 4a
Verso (parcial).

troca da construção do Estádio da Ressacada, inaugurado em 15 de novembro de 1983.

Curiosamente, na fotografia do cartão-postal, aparece, na verdade, o Estádio Euvaldo Lodi, da cidade de Criciúma, ao sul de Santa Catarina. Hoje, conhecido como Estádio João Estêvão de Souza, serve apenas para treinamentos e jogos de clubes amadores. O Euvaldo Lodi foi o estádio do Esporte Clube Metropol, de cores branco, preto e amarelo, e fundado em 15 de novembro de 1945. Portanto, os colecionados devem ficar atentos, pois podem ser levados a engano pelas legendas constantes dos cartões-postais.

Como vemos, na falta de um catálogo de postais, precisamos encontrar outros meios de pesquisas e a divulgação dos resultados é de suma importância para o colecionador que poderá, então, dar um segundo passo nas suas pesquisas.

Referências bibliográficas:

- José Carlos Daltozo, Cartão-Postal, Arte e Magia, Ed. Gráfica Cipola, 2006.
- Cabeza de Vaca. Naufrágios & Comentários. L&PM, 1999.
- Emílio da Silva. Jaraguá do Sul II livro: um capítulo da povoação do vale do Itapocú, 1975.
- Rosana Bond. A Saga de Aleixo Garcia: o descobridor do Império Inca. Coedita, s/d.
- Maury Dal Grande Borges. 85 Anos de Bola – a Memória do Futebol Catarinense, 1996.

Nova Associação Filatélica e Numismática

Com muita satisfação registramos a fundação de mais um clube de colecionadores, em 1 de agosto de 2006, com o nome de Associação Filatélica e Numismática de Sergipe - AFINSE.

A primeira Diretoria da AFINSE ficou assim constituída: Presidente: Eduardo Antonio Carvalho Pereira, Vice-Presidente: Paulo Roberto de Menezes Rego, Diretor de Comunicação: Eduardo Antonio Seabra, Diretor Social e de Eventos: Adelson Aquino dos Santos, Diretor Secretário: Ricardo Martins Seabra, Diretor Tesoureiro: Waldemar Fontes Cardoso Neto, 1º Vogal: Glauber Chagas Lima Santos e 2º Vogal: Marcelino Cicero da Silva.

As reuniões regulares da AFINSE acontecem no primeiro sábado de cada mês, na sede dos CORREIOS, Agência Central de Aracaju.

A AFINSE realizou o primeiro Fórum Filatélico de Aracaju, que contou com a presença da Sra. Maria de Lourdes T. A. Fonseca, Chefe da Divisão de Filatelia dos CORREIOS em Brasília, bem como do Diretor Regional, Gileno de Oliveira.

Para o mês de março de 2007, estão progamadas homenagens à mulher. No dia 8 haverá um encontro de filatelistas, com palestras sobre o tema "Mulheres sergipanas que foram pioneiras nas suas áreas de atuaçao". Uma exposição filatélica, em um dos shoppings da cidade, terá como tema "Mulheres homenageadas pela filatelia".

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, segundo uma programação estabelecida em conjunto com as demais Associações do Estado de Santa Catarina, o seu tradicional Encontro de Colecionadores.

Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos sócios, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias:

Efetivos - residentes na Grande Florianópolis com idade a partir de 18 anos .... R$50,00

Juvenis - residentes na Grande Florianópolis com idade inferior a 18 anos .... R$10,00

Correspondentes no Brasil - residentes fora da grande Florianópolis .... R$20,00

Correspondentes no Exterior - residentes em outros países .... US$ 35,00

Associe-se. Remeta à Associação a ficha da página 34, devidamente preenchida, acompanhada de cheque nominal à AFSC, ou de cópia do recibo de depósito na conta 043.944-7, agência 055-8, banco 027 - Banco do Estado de Santa Catarina - BESC.

Ao pagar a anuidade, você terá direito também a um anúncio de texto, gratuito, no site:

www.afsc.org.br

ÍNDICE DE ANUNCIANTES

Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
Fundada em 6 de Agosto de 1938
Fone/Fax (48) 3222-2748 – Caixa Postal 229
CEP 88010-970 – Florianópolis – SC

INSCRIÇÃO / ATUALIZAÇÃO DE ASSOCIADO

Nome: ____

Endereço: ____________________________ Cx. Postal: ________

CEP: __________ Cidade: ____________________ Estado: ________

Telefone: ____________ Profissão: ________________________

Sexo: ___________ Data de nascimento: ______________________

E-mail: ____

COLECÕES / TEMAS DE SEU INTERESSE:

____

____

____

____

____

Anuidade para Sócio:
☐ Efetivo ☐ Juvenil ☐ Corresp. Brasil ☐ Corresp. Exterior

Data: ____________ Assinatura: ____________________________

CONVITE

AFSC - Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
convida para suas reuniões regulares:

Quintas-feiras, a partir das 18:00 horas
Sábados, a partir das 14:00 horas

De segunda a sexta-feira, a Sede da AFSC permanece aberta,
das 14:00 às 18:00 horas.

ENCONTRO ESTADUAL DE FILATELISTAS E NUMISMATAS DE SANTA CATARINA
Florianópolis

Dias 4 e 5 de agosto de 2007

PARTICIPE!

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA
Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48)3222-2748